UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI O ORIGINAL

Programa Analítico de Disciplina

DIR349 Ações Constitucionais

Departamento de Direito - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

		Teóricas	Práticas	Total
Número de créditos: 2				
Duração em semanas: 15	Carga horária semanal	2	0	2
Períodos - oferecimento: I e II	Carga horária total	30	0	30

Pré-requisitos (Pré ou co-requisitos)*

DIR340

Ementa

Mandado de Segurança. Mandado de Injunção. Habeas Data. Habeas Corpus. Ação Popular. Ação Civil Pública. Reclamação Constitucional.

Oferecimento aos Cursos

Curso	Modalidade	Período
Direito	Obrigatória	7

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI O ORIGINAL

DIR349 Ações Constitucionais

Seq	Aulas Teóricas	Horas/Aula
1	Mandado de Segurança 1.1. Conceito e natureza jurídica 1.2. Mandado de Segurança contra ato jurisdicional 1.3. Competência para processamento 1.4. Legitimidade ativa e passiva no mandado de segurança 1.5. Conteúdo do mandado de segurança 1.6. Procedimento	5
2	Mandado de Injunção 2.1. Conceito e natureza jurídica 2.2. Competência para processamento 2.3. Legitimidade ativa e passiva no mandado de injunção 2.4. Conteúdo do mandado de injunção 2.5. Procedimento	4
3	Habeas Data 3.1. Conceito e natureza jurídica 3.2. Competência para processamento 3.3. Legitimidade ativa e passiva no habeas data 3.4. Conteúdo do habeas data 3.5. Procedimento	4
4	Habeas Corpus 4.1. Conceito e natureza jurídica 4.2. Competência para processamento 4.3. Legitimidade ativa e passiva no habeas data 4.4. Conteúdo do habeas data 4.5. Procedimento	5
5	Ação Popular 5.1. Conceito e natureza jurídica 5.2. Competência para processamento 5.3. Legitimidade ativa e passiva no habeas data 5.4. Conteúdo do habeas data	4

	5.5. Procedimento	
6	Ação Civil Pública 6.1. Conceito e natureza jurídica 6.2. Competência para processamento 6.3. Legitimidade ativa e passiva na ação civil pública 6.4. Conteúdo da ação civil pública 6.5. Procedimento	4
7	Reclamação Constitucional 7.1. Conceito e natureza jurídica 7.2. Competência para processamento 7.3. Legitimidade ativa e passiva na reclamação constitucional	4

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI O ORIGINAL

DIR349 Ações Constitucionais

Referências Bibliográficas

Bibliografia Básica:

Bibliografia Complementar: